

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES DE PROPRIEDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, EM APOIO AO DESEMPENHO DE SUAS ATIVIDADES FUNCIONAIS.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2026

Versão 4.0

SUMÁRIO

1.	OBJETO	3
2.	JUSTIFICATIVA	3
3.	DEFINIÇÕES	3
4.	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	4
5.	INSTALAÇÕES	5
6.	RECURSOS E EQUIPAMENTOS.....	6
7.	FORNECIMENTO DAS PEÇAS	6
8.	GARANTIA DOS SERVIÇOS E PEÇAS.....	7
9.	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.....	7
10.	FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	7
11.	OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE.....	8
12.	OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA.....	8
13.	CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE	12
14.	DAS PENALIDADES POR EXECUÇÃO IRREGULAR DO SERVIÇO.....	12
15.	VISITA TÉCNICA	14
16.	SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIOS	15
17.	DA VIGÊNCIA DO CONTRATO	16
18.	PREÇO ESTIMADO GLOBAL DA CONTRATAÇÃO	16
19.	DA FORMAÇÃO DO PREÇO E DA FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS	16
20.	HABILITAÇÃO.....	16
21.	DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DOS PREÇOS	17
22.	DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....	17
23.	RELAÇÃO DE ANEXOS.....	18

ANEXO I - RELAÇÃO DOS VEÍCULOS	22
ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS.....	23
ANEXO III – TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO.....	24

1. OBJETO

- 1.1.** O objeto do presente termo de referência é a contratação de sociedade empresária multimarca especializada na prestação dos serviços automotivos, mais especificamente, na manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento e instalação de peças e acessórios em veículos, pertencente à frota do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, observados os critérios legais de sustentabilidade previstos, de acordo com a Lei 14.133/2021, durante o período de 24 (vinte e quatro) meses, de acordo com as especificações e detalhamento constantes deste Termo;
- 1.2.** Os serviços serão prestados nos veículos relacionados no Anexo I, incluindo serviços de mecânica em geral, funilaria, pintura, tapeçaria, eletricidade, sistema de ar-condicionado, caixa de câmbio e outros de natureza afim.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1.** A contratação justifica-se devido à necessidade de manutenção de veículos da frota do MPRJ, destinados aos atendimentos itinerantes dos Órgãos de Execução e Administrativos do *Parquet* Fluminense, durante o desempenho das atividades funcionais e administrativas da instituição.

3. DEFINIÇÕES

- 3.1.** Para os fins deste termo de referência são adotadas as seguintes definições:

Termo de Referência – Artigo 6º, inciso XXIII da Lei 14.133/2021. O Termo de Referência é o documento por meio do qual uma instituição Contratante estabelece os termos através dos quais um serviço deve ser prestado ou um produto deve ser entregue por potenciais contratados. Contém elementos capazes de propiciar avaliação de custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição de métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas, critério de aceitação do objeto, deveres do Contratante e Contratado, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva;

Tipos de Serviços – são as divisões existentes, de acordo com as peculiaridades de cada serviço;

Manutenção preventiva – é a revisão prévia dos veículos com a finalidade de avaliar as condições para seu perfeito funcionamento, além de detectar possíveis desgastes em peças, acessórios e outros elementos. Objetiva manter o veículo em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas específicas, incluindo as trocas autorizadas de peças que se fizerem necessárias ao seu bom funcionamento;

Manutenção corretiva – é a revisão de caráter corretivo que visa possibilitar a reparação de defeitos e falhas em qualquer unidade do veículo, com substituição de peças e acessórios genuínos, bem como serviços de mecânica, lanternagem, eletricidade, capotaria, vidraçaria, lubrificação (troca de óleo),

retífica, borracharia, pintura, socorro mecânico (reboque), que se façam necessários ao perfeito funcionamento do veículo;

Peças e acessórios genuínos – são aqueles que atendam às recomendações da montadora do veículo, mas que não possuem sua chancela;

Peças e acessórios originais – São aqueles fabricados exclusivamente para o uso na montagem dos veículos ou para a revenda nas concessionárias da marca;

Avaria – dano ou estrago;

Defeito – mau funcionamento de um mecanismo, falha.

Lei nº 14.133/21 – Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão executados nos veículos ônibus MB NEOBUS 1722 OF, de placa KOM-7448 e VW - Comil Invictus, de placa RJE-0J59, ou em outros veículos indicados pelo Contratante em virtude de aquisição, celebração de Termos de Convênio ou Contratos firmados pela instituição e serão divididos por tipos, de acordo com a peculiaridade de cada item, conforme descrições seguintes:

4.1.1. SERVIÇO MECÂNICO

- a) Montagem, reparos e ajuste de motores à combustão de baixa e alta pressão, movidos a diesel;
- b) Desmontagem, montagem, reparos, substituição e ajuste de cubos de rodas, injetores eletrônicos de combustível, mangas de eixo, transmissão, bombas d'água, de diesel e outros. Caixas de mudanças, freios, embreagem, rolamentos, retentores, radiadores, válvulas, diferencial, suspensões, geradores de energia, direção, engrenagens, amortecedores, magnetos, mancais, bielas, pistões, retificar motores a combustão e outras intervenções necessárias.

4.1.2. SERVIÇOS DE LANTERNAGEM E PINTURA

- a) Recuperação de chaparia das partes danificadas em sinistros de trânsito, danos decorrentes do tempo, inclusive, os decorrentes de desgaste do envelopamento e outras intervenções necessárias.

4.1.3. SERVIÇOS NA PARTE ELÉTRICA

- a) Reparo e revisão da parte elétrica, abrangendo a troca de lâmpadas, faróis, fusíveis, travas elétricas e outras intervenções que sejam necessárias para o pleno funcionamento do sistema elétrico.

4.1.4. SERVIÇOS DE TAPEÇARIA E VIDRAÇARIA

- a) Reparo e limpeza dos estofados dos bancos e forros do teto e outros, cinto de segurança, vidros em geral e outras intervenções necessárias.

4.1.5. SERVIÇO DE BORRACHARIA

- a) Fornecimento, reparo e colocação de pneus, câmaras, válvulas, juntas e outras intervenções necessárias.

4.1.6. SERVIÇOS AFINS

- a) Abrange conserto ou troca de fechaduras, confecção de chaves e outras intervenções necessárias.

4.1.7. SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DE LAYOUT EXTERNO

- a) Abrange conserto e substituição de *design*, *layout* externo e outras intervenções necessárias.

4.1.8. TACÓGRAFO

- a) Abrange conserto, substituição, certificação e outras intervenções necessárias.

4.1.9. GERADOR

- a) Abrange serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo, quando necessário, inspeção, diagnóstico, regulagem, reparo, revisão, substituição de componentes, testes operacionais e demais intervenções indispensáveis ao pleno funcionamento, segurança e confiabilidade do sistema gerador de energia instalado no veículo

4.1.10. REFRIGERAÇÃO

- a) Abrange serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de refrigeração, incluindo, quando necessário, inspeção, diagnóstico, instalação, limpeza técnica, higienização, carga de fluido refrigerante, troca de filtros, sensores, placas eletrônicas, componentes elétricos e mecânicos, testes de funcionamento e demais intervenções indispensáveis ao pleno desempenho, eficiência e segurança dos equipamentos

4.2. Os serviços serão solicitados a critério do órgão fiscalizador do contrato e dependerão de autorização para sua realização.

5. INSTALAÇÕES

5.1. A Contratada deverá possuir oficina situada na região metropolitana do Rio de Janeiro para a realização dos serviços a serem contratados;

- 5.2.** O local de realização dos serviços deverá ser coberto e seguro, com capacidade para abrigar os veículos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, quando os mesmos estiverem sendo reparados, evitando, assim, que fiquem expostos a condições climáticas que prejudiquem o bom estado de conservação do veículo do Contratante;

6. RECURSOS E EQUIPAMENTOS

- 6.1.** Considerando que a prestação de serviços de manutenção é uma atividade complexa e especializada, demandando utilização de ferramentas diversas e aparelhagem computadorizada, que permitam o monitoramento e diagnóstico precisos, a Contratada deve dispor de estrutura mínima composta de: instalações físicas adequadas, aparato tecnológico traduzido em equipamentos eletroeletrônicos apropriados e de mão de obra especializada em mecânica em geral;
- 6.2.** A empresa Contratada deverá empregar, na execução dos serviços, materiais de qualidade, obedecendo aos critérios indicados pelo fabricante ou pelo setor responsável pela fiscalização dos serviços.
- 6.3.** A empresa Contratada deverá:
- 6.3.1.** Possuir recursos essenciais para que os serviços prestados tenham técnica, qualidade e presteza exigidas para os padrões do fabricante do veículo;
- 6.3.2.** Manter equipamentos essenciais à prestação de serviço, que possibilitem a execução dos diversos procedimentos, tais como:
- a) Equipamento para alinhamento de direção;
 - b) Equipamento de balanceamento de rodas;
 - c) Equipamento de regulagem de faróis;
 - d) Equipamento de rastreamento de problemas elétricos e eletrônicos no veículo;
 - e) Equipamento de teste para análise de baterias;
 - f) Carregador de baterias;
 - g) Equipamento de limpeza do sistema de arrefecimento/radiador;
 - h) Máquina para montar e desmontar pneus com acionamento hidráulico, pneumático ou elétrico, ou uma combinação desses sistemas;
 - i) Equipamentos de teste para bomba elétrica de combustível (gasolina/álcool/diesel);
 - j) Equipamentos para regulagem eletrônica de motor: scanner, teste de bico, ultrassom e multímetro;
 - k) Equipamentos para serviços de suspensão;

- l) Equipamentos para serviços de troca de correias: gabarito, relógio comparador e pistola de ponto;
- m) Rampas, elevadores hidráulicos ou elétricos para verificação das suspensões do veículo;
- n) Scanner para análise de sistema de injeção eletrônica;
- o) Ferramentas adequadas para a realização dos reparos no veículo com segurança e precisão;
- p) Todos os materiais necessários à execução do trabalho.

7. FORNECIMENTO DAS PEÇAS

- 7.1.** A Contratada deverá fornecer peças e acessórios novos, originais, genuínos ou equivalentes tecnicamente homologados pelo fabricante, sem recondicionamento ou reutilização, observadas as recomendações técnicas aplicáveis a cada sistema ou componente do veículo.
- 7.2.** Sempre que disponíveis, os orçamentos de peças deverão ser acompanhados de referência aos preços praticados pelo fabricante ou por seus distribuidores autorizados.
 - 7.2.1.** Considerando as especificidades construtivas das unidades móveis e a inexistência, em alguns casos, de tabelas públicas padronizadas de preços, a comprovação da razoabilidade dos valores poderá ser realizada mediante cotações obtidas junto a fornecedores especializados, histórico de fornecimentos similares, notas fiscais de aquisições recentes ou outros meios idôneos.
 - 7.2.2.** Os valores das peças fornecidas deverão observar compatibilidade com os preços praticados no mercado, podendo o órgão fiscalizador solicitar cotações, notas fiscais ou outros documentos que permitam aferir a razoabilidade dos valores apresentados.
 - 7.2.3.** A fiscalização poderá, sempre que entender necessário, realizar pesquisa de preços junto ao mercado, consultar catálogos de fabricantes, distribuidores autorizados ou bases de referência disponíveis, bem como solicitar documentação comprobatória da formação do preço das peças indicadas pela Contratada, podendo rejeitar valores considerados incompatíveis com os praticados no mercado e determinar a apresentação de novas cotações ou alternativas tecnicamente equivalentes.
- 7.3.** O prazo para fornecimento das peças será de, no máximo 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do encaminhamento do veículo para a realização do serviço, cabendo a prorrogação por mais 48 (quarenta e oito) horas, no caso de falta de peça no mercado local;

- 7.4. Excepcionalmente, nas hipóteses em que as peças não estejam disponíveis no mercado local ou dependam de encomenda junto ao fabricante ou fornecedor, o prazo máximo para fornecimento será de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação do Contratante acerca da autorização para realização do serviço, admitindo-se prorrogação por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa técnica devidamente fundamentada, em caso de comprovada indisponibilidade no mercado.

8. GARANTIA DOS SERVIÇOS E PEÇAS

- 8.1. Os serviços executados deverão ser garantidos contra defeito de montagem e instalação pelo período de 180 (cento e oitenta) dias;
- 8.2. Com relação às peças e acessórios, será exigida, no mínimo, a garantia oferecida pelo fabricante, contada a partir da data do recebimento, no que diz respeito a quaisquer vícios que venham a surgir quando do uso adequado do produto;
- 8.3. A garantia das peças e serviços deverá ser cumprida mesmo após o término ou rescisão do contrato.

9. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 9.1. Os serviços serão realizados, preferencialmente, nas dependências da Contratada, em instalações adequadas à execução das atividades de manutenção preventiva e corretiva, observadas as condições de segurança e infraestrutura necessárias à adequada conservação dos veículos do Contratante.;
- 9.2. Os serviços deverão ser executados por profissionais devidamente qualificados e treinados para atuação em veículos da respectiva marca ou de características equivalentes, cabendo à Contratada apresentar ao Contratante, sempre que solicitado, a relação de seus profissionais envolvidos na execução dos serviços, acompanhada da respectiva comprovação de qualificação técnica ou experiência profissional compatível com as atividades desempenhadas;
- 9.3. O tempo estimado para execução dos serviços deverá observar, sempre que aplicável, os parâmetros constantes dos manuais técnicos de reparação e manutenção do fabricante (montadora) do veículo, ou referências técnicas equivalentes reconhecidas no mercado, considerando-se inclusive os procedimentos que envolvam desmontagem, substituição e instalação de peças e componentes;
- 9.4. O eventual deslocamento do veículo, peças, acessórios, equipamentos ou componentes para outras dependências, oficinas especializadas ou locais distintos da sede da Contratada deverá ser previamente justificado e somente poderá ocorrer mediante autorização do órgão fiscalizador do contrato.

10. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 10.1.** A fiscalização do contrato ficará a cargo da Gerência de Transportes da Diretoria de Infraestrutura e Logística;
- 10.2.** A fiscalização do contrato consiste em acompanhar a execução do contrato e tomar as providências necessárias ao fiel cumprimento do ajuste, tendo por parâmetro os resultados previstos no instrumento;
- 10.3.** O Órgão Fiscalizador do contrato deve agir de forma preventiva e proativa, encaminhando ao Secretário-Geral do Ministério Público ou outra chefia designada as decisões e providências que extrapolem sua competência, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- 10.4.** Os representantes do Contratante, responsáveis pela fiscalização, terão livre acesso às dependências da prestadora de serviços, a fim de procederem à fiscalização dos trabalhos.

11. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- 11.1.** Manter a fiscalização do contrato, zelando para que os veículos sejam conduzidos somente por motoristas autorizados pelo Contratante, cujas habilitações sejam compatíveis com os veículos e estejam em plena validade;
- 11.2.** Efetuar o pagamento das faturas, nos termos e prazos contratualmente previstos, após atesto dos serviços efetivamente prestados, pelo Órgão Fiscalizador do Contratante.

12. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 12.1.** A Contratada obriga-se a:
 - 12.1.1.** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
 - 12.1.2.** Observar a obrigatoriedade de reserva de cargos para pessoas com deficiência, nos termos do art. 116 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como das Resoluções GPGJ 2.037/2016 e 2.054/2016, ou apresentar justificativa para o afastamento dessa regra.
 - 12.1.3.** Sempre que solicitado pela Administração, comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o item 12.1.2, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, ou apresentar justificativa para o afastamento dessa regra.
 - 12.1.4.** Cumprir fielmente o objeto licitado, de forma que os serviços sejam realizados com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, mesmo nos casos em que for autorizada (realizada) a subcontratação;
 - 12.1.5.** Fornecer orçamento prévio para a realização de cada manutenção, contendo as peças necessárias e os serviços a serem empregados, com seus respectivos preços, o qual será submetido à aprovação da Contratante;
 - 12.1.6.** Executar os serviços contratados somente com prévia autorização da Contratante;

- 12.1.7.** Zelar pela guarda dos veículos, peças, acessórios, objetos e equipamentos que forem colocados em manutenção, responsabilizando-se por qualquer dano ocorrido aos mesmos;
- 12.1.8.** Responsabilizar-se integralmente pelos veículos recebidos da Contratante, incluindo todas as peças, acessórios, objetos e equipamentos neles contidos, obrigando-se à reparação total da perda em caso de furto ou roubo, incêndios ou acidentes, independente de culpa;
- 12.1.9.** Emitir Ordem de Serviço ou outro documento próprio no ato da entrega do veículo pelo Contratante e, posteriormente, quando da devolução, os quais deverão conter os seguintes registros:
- 12.1.9.1.** No ato da entrega:
- a) local, data e horário da entrega do veículo;
 - b) identificação completa do veículo;
 - c) quilometragem do veículo;
 - d) defeito apresentado;
 - e) avarias;
 - f) acessórios do veículo (macaco, chave de roda, triângulo e extintor de incêndio);
 - g) nome e assinatura do funcionário da Contratada responsável pelo recebimento do veículo;
 - h) nome e assinatura do funcionário do Contratante responsável pela entrega do veículo.
- 12.1.9.2.** No ato da devolução:
- a) local, data e hora da devolução do veículo;
 - b) nome e assinatura do funcionário da Contratada responsável pela entrega do veículo;
 - c) nome e assinatura do funcionário da Contratante responsável pelo recebimento do veículo;
 - d) equipamentos encontrados no veículo (macaco, chave de roda, triângulo e extintor de incêndio);
 - e) avarias;
 - f) acessórios do veículo (aparelho de rádio, CD player automotivo e similares).
- 12.1.10.** Proceder a uma vistoria interna e externa, juntamente com o responsável pela entrega do veículo destinado à manutenção, verificando as condições da entrega e a existência de qualquer objeto que dele não faça parte. Após devidamente preenchidos os

quesitos relativos à entrega do bem, a Contratada emitirá uma via do documento, juntamente com os objetos encontrados, ao funcionário do Contratante;

- 12.1.11.** Responder integral e exclusivamente por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza causados, direta ou indiretamente, por seus empregados, representantes ou prepostos aos bens do Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto licitado, não sendo cabível a exclusão de responsabilidade por alegação de ausência de fiscalização;
- 12.1.12.** Comunicar imediatamente ao Contratante, mediante justificativa, qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto licitado;
- 12.1.13.** Disponibilizar serviço de reboque a qualquer dia e hora da semana, sem ônus para a Contratante, inclusive aos sábados, domingos e feriados, com abrangência em todo Estado do Rio de Janeiro, para o veículo impossibilitado de deslocamento por qualquer motivo, até as dependências da Contratada para fins de manutenção corretiva;
- 12.1.14.** É facultada a subcontratação do serviço de reboque pela Contratada, caso a mesma não forneça esse serviço;
- 12.1.15.** Utilizar, na remoção do veículo, os meios e materiais de transporte, conforme legislação vigente, prezando principalmente pela garantia do bem transportado e a segurança dos agentes envolvidos na operação de transporte;
 - 12.1.15.1.** A autorização para a Contratada do serviço de guincho remover o veículo para manutenção será emitida pelo fiscal do contrato ou pessoa por este indicada, podendo ser transmitida por e-mail ou telefone, desde que assegurada a veracidade e a exatidão das informações;
 - 12.1.15.2.** Na hipótese em que a possibilidade de deslocamento do veículo não esteja comprometida, este será conduzido por preposto ou pessoa autorizada pelo Contratante, através de documento escrito (e-mail) ou por contato telefônico, objetivando agilizar a manutenção necessária do mesmo;
- 12.1.16.** Indicar ao Contratante nome de seu preposto ou empregado com competência para manter entendimentos e receber comunicações ou transmiti-las ao setor responsável pela fiscalização do contrato e tomar as providências pertinentes, quando da ocorrência de alterações na execução regular dos serviços;
- 12.1.17.** Não utilizar mão de obra de terceiros sem expressa e prévia autorização da Contratante, ressalvadas as hipóteses de subcontratação admitidas neste Termo de Referência.;
- 12.1.18.** Executar quaisquer serviços não relacionados neste Termo considerados essenciais ou imprescindíveis ao funcionamento dos veículos;
- 12.1.19.** Entregar os veículos após a execução dos serviços devidamente aspirados, limpos e lavados, ou seja, livres de resíduos provenientes dos serviços que foram executados, tais como: graxa, óleo, cola, tinta e etc;

- 12.1.20.** Assumir a inteira responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais, além das obrigações sociais e trabalhistas em vigor, obrigando-se a proceder ao adimplemento na época própria, sendo certo que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Contratante;
 - 12.1.21.** Assumir a inteira responsabilidade por todas as obrigações estabelecidas nas legislações trabalhistas e previdenciárias, decorrentes de acidentes de trabalho que tenham por vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que o incidente tenha acontecido nas dependências do Contratante;
 - 12.1.22.** Arcar com todos os prejuízos resultantes de ações judiciais que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro for compelido a responder por força da futura contratação, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios;
 - 12.1.23.** Manter durante toda a vigência do contrato as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, exigidas na licitação, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.
 - 12.1.24.** A Contratada obriga-se a dar ciência, esclarecer o conteúdo, orientar a atuação e obter o consentimento formal dos seus empregados e/ou contratados, que atuem direta e indiretamente na execução dos serviços e/ou atividades objeto deste contrato, mediante a subscrição do Anexo III (Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo), devidamente preenchido.
 - 12.1.25.** A subscrição do Anexo III (Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo), assim como a sua entrega ao Órgão Fiscalizador do Contratante, deverá ocorrer antes do início do efetivo exercício das atividades por cada signatário vinculado à Contratada.
- 12.2.** Com relação a prazos, compete à Contratada:
- 12.2.1.** Detalhar e fornecer o orçamento no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir do recebimento da solicitação;
 - 12.2.1.1.** Quando for necessário realizar verificação técnica do veículo a Contratada deverá detalhar e fornecer o orçamento no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir do recebimento da solicitação;
 - 12.2.2.** Executar os serviços no veículo do Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir da autorização para realização do serviço, com exceção dos serviços de reparo no motor (montagem e desmontagem), funilaria e pintura, em que o prazo será de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis;
 - 12.2.2.1.** Quando impossibilitada de realizar o serviço no prazo estabelecido a contratada deverá apresentar justificativa que será analisada pelo órgão fiscalizador do contrato;
 - 12.2.3.** Refazer os serviços que forem rejeitados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da comunicação;

- 12.2.4.** Comparecer à sede da Contratante, sempre que solicitado, através de titular ou preposto, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da convocação, para esclarecimento de quaisquer problemas relativos aos serviços contratados;
- 12.2.5.** Apresentar ao Contratante, até 5 (cinco) dias úteis, após a realização dos serviços, a Nota Fiscal referente às Ordens de Serviços que lhe forem enviadas;
- 12.2.6.** Responder por escrito às comunicações emitidas pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do seu recebimento, submetendo a Contratada, às sanções e penalidades cabíveis, caso tal determinação não seja cumprida.

13. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 13.1.** A Contratada obedecerá aos critérios de gestão ambiental estabelecidos nas legislações, normas e regulamentos específicos ao serviço, visando à melhoria e ao desempenho dos processos de trabalho quanto aos aspectos ambientais, sociais e econômicos;
- 13.2.** As atividades desempenhadas pela Contratada devem ser conduzidas, considerando a preservação, conservação e recuperação do ecossistema, desenvolvendo suas ações de forma a valorizar o bem estar dos trabalhadores, promovendo a qualidade de vida;
- 13.3.** A Contratada deverá, durante a vigência do contrato, cumprir a legislação referente à logística reversa e atualizar-se, quando necessário.

14. DAS PENALIDADES POR EXECUÇÃO IRREGULAR DO SERVIÇO

- 14.1.** Será proposta a aplicação de sanções, mediante apreciação da Secretaria-Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em consequência a procedimento administrativo devidamente instruído, quando o Órgão Fiscalizador detectar irregularidades injustificadas que venham a comprometer a correta execução dos serviços contratados, constituam estas, atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do contrato, de acordo com a Lei 14.133/2021;
- 14.2.** As irregularidades serão averiguadas pelo Órgão Fiscalizador e este encaminhará à Contratada notificação para que esta as sane dentro dos prazos estipulados;
- 14.3.** Pela inexecução total ou parcial das condições pactuadas, erro ou mora na prestação do serviço de reparação de danos causados nos veículos, em caso de sinistro ou a devida indenização relativa à subtração por roubo ou furto, garantida a prévia e fundamentada defesa, em respeito à ampla defesa e ao contraditório, ficará a Contratada sujeita às seguintes sanções:
 - 14.3.1.** Advertência;
 - 14.3.2.** Multa;
 - 14.3.2.1.** A pena de multa será aplicada, conforme a graduação e correspondência estabelecidas nas tabelas a seguir:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 1.000,00
2	R\$ 1.200,00
3	R\$ 1.300,00
4	R\$ 1.500,00
5	R\$ 1.700,00
6	R\$ 1.800,00
7	R\$ 3.000,00
8	R\$ 6.000,00

Tabela 2

Ocorrência	Descrição	Grau	Hipóteses de incidência
1	Deixar de atender à comunicação ou convocação nos prazos estipulados neste termo.	2 a 3*	por dia
2	Deixar de observar os prazos previsto neste termo.	2 a 6*	por dia
3	Não atender o que está previsto nos itens 12.2.3 e 12.2.6, exceto por motivo de força maior ou caso fortuito ou outro que a Administração considere razoável.	4 a 6*	por veículo e por dia
4	Atrasar, suspender ou interromper o início da prestação dos serviços contratados, exceto por motivo de força maior ou caso fortuito ou outro que a Administração considere razoável.	8	por ocorrência e/ou por dia de atraso
5	Deixar de encaminhar o reboque, quando necessário.	8	por ocorrência e/ou por dia de atraso
6	Não apresentar ao Contratante o seu preposto, responsável pela tomada de providências que se façam necessárias ao longo da execução contratual.	4	por ocorrência e/ou por dia de atraso
7	Deixar de ressarcir ao erário os danos ou prejuízos que lhe der causa conforme descrito neste termo.	2 a 6*	por ocorrência e/ou por dia de atraso
8	Dificultar as ações do fiscal, deixando de prestar esclarecimentos solicitados ou de cumprir as observações e/ou exigências apresentadas pelo Contratante.	1 a 8*	por ocorrência e/ou por dia de atraso
9	Condutas não previstas nos itens desta tabela, mas que reflitam descumprimento contratual.	1 a 8*	por ocorrência e/ou por dia de atraso

***A depender do impacto produzido no caso concreto, considerados a gravidade da infração, a extensão do dano e a reincidência, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante apuração em procedimento administrativo próprio.**

14.3.2.2. Nas hipóteses de rescisão por inexecução total, o Contratante aplicará a multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, quando:

- a) O atraso no reparo que ultrapasse 05 (cinco) dias para a execução dos serviços, após o consentimento do órgão fiscalizador;
- b) Houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais, indicado na tabela acima.

14.3.2.2.1. A juízo da Administração do MPRJ, eventual multa moratória poderá ser convertida em multa compensatória, deduzindo do valor da multa aplicada em razão da falha na execução do contrato;

14.3.3. Impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme Art. 156, § 5º, da Lei 14.133/2021;

14.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a sociedade empresária ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;

14.4. Na hipótese da aplicação das penalidades previstas nos subitens 14.3.3 e 14.3.4, a Contratada será descredenciada do Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores (SICAF) e do cadastro de fornecedores do Contratante;

14.5. A sanção de multa poderá ser aplicada à Contratada juntamente à de impedimentos de licitar e contratar estabelecida no item 14.3.4 desta cláusula;

14.6. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à Contratada;

14.6.1. Se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor das multas a diferença será descontada de eventual garantia contratual;

14.6.2. Se os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial;

14.6.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Contratante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

14.6.4. Caso o valor da garantia seja utilizado, no todo ou em parte, para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da solicitação do Contratante;

15. VISITA TÉCNICA

- 15.1.** Com o objetivo de avaliar as condições de execução e esclarecer as dúvidas inerentes ao objeto, fica facultada às empresas a realização de visita técnica, no horário compreendido das 10h às 16h, devendo ser previamente agendado com a Gerência de Transportes - GETRANS, através do e-mail: getrans@mprj.mp.br.
- 15.2.** Ficam, desde já, as empresas cientes de que a não realização de vistoria implicará na aceitação tácita das exigências constantes neste TR, não sendo aceitas justificativas, em qualquer época, de desconhecimento de estado, condições da frota, fatos e detalhes que impossibilitem ou dificultem a execução dos serviços ou o cumprimento de todas as suas obrigações.
- 15.3.** As Licitantes deverão fazer pesquisa minuciosa, não as isentando de responsabilidade sobre a correta avaliação dos seus orçamentos e planejamento de serviços, arcando com os eventuais prejuízos consequentes.

16. SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIOS

- 16.1.** É admitida a subcontratação de serviços específicos relacionados à manutenção preventiva e/ou corretiva dos veículos automotores, especialmente daqueles de natureza especializada, considerando as características técnicas e construtivas das unidades móveis do tipo motor-home, desde que previamente comunicada e autorizada pela Administração, mantendo-se, em qualquer hipótese, a responsabilidade integral da Contratada pela execução dos serviços, nos termos deste Termo de Referência.
- 16.2.** A subcontratação não exime, em nenhuma hipótese, a contratada da responsabilidade integral pela execução dos serviços, pela qualidade técnica, pelo cumprimento dos prazos, bem como pela garantia dos serviços prestados, permanecendo a contratada como única e exclusiva responsável perante a Administração por todas as obrigações contratuais assumidas.
- 16.3.** A eventual subcontratação de serviços, quando admitida e previamente autorizada pelo Contratante, não afasta nem mitiga a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução do objeto contratual.
- 16.4.** Caberá exclusivamente à Contratada a responsabilidade pelo pagamento de todos os valores devidos aos subcontratados, incluindo custos operacionais, encargos comerciais, fiscais, tributários, trabalhistas, previdenciários e quaisquer outros ônus decorrentes da subcontratação.
- 16.5.** Fica expressamente vedada qualquer forma de pagamento direto pelo Contratante aos subcontratados, inexistindo vínculo jurídico ou obrigação financeira entre o Contratante e terceiros eventualmente contratados pela Contratada, não se configurando responsabilidade solidária ou subsidiária, em qualquer hipótese.
- 16.6.** Fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, tendo em vista que o objeto da contratação, prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos

automotores, não apresenta complexidade técnica ou operacional que justifique o parcelamento do objeto ou a necessidade de conjugação de esforços entre diferentes empresas para sua adequada execução.

17. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 17.1.** O prazo da prestação dos serviços contratados será de 24 (vinte e quatro) meses, sem interrupção, contados a partir da data da assinatura do contrato, cabendo a possibilidade de prorrogação, na forma da Lei vigente.

18. PREÇO ESTIMADO GLOBAL DA CONTRATAÇÃO

- 18.1.** O valor estimado para o fornecimento de peças e acessórios corresponde ao montante de R\$ 88.396,38 (oitenta e oito mil, trezentos e noventa e seis reais e trinta e oito centavos), apurado com base no histórico de manutenções preventivas e corretivas realizadas nos últimos exercícios.
- 18.2.** O valor estimado para peças possui caráter meramente referencial, não estando sujeito à aplicação de desconto e não configurando obrigação de consumo mínimo, sendo os fornecimentos realizados conforme a efetiva demanda da Administração, mediante prévia autorização.
- 18.3.** O valor global da contratação será composto pela soma do valor estimado para aquisição de peças e do valor correspondente à mão de obra, calculado a partir do quantitativo de horas estimadas.

19. DA FORMAÇÃO DO PREÇO E DA FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 19.1.** Os proponentes deverão apresentar as propostas de preços na forma descrita no Anexo II do presente termo de referência;
- 19.2.** Para efeito de comprovação de aptidão técnica, a sociedade empresária licitante deverá apresentar, juntamente com os outros documentos de habilitação, atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a boa qualidade dos serviços prestados.

20. HABILITAÇÃO

- 20.1.** Além dos documentos solicitados usualmente, será obrigatório que os proponentes apresentem atestado(s) de Capacidade Técnica, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de objeto compatível ou de complexidade superior por um período mínimo de doze meses. Os atestados deverão mencionar claramente o objeto e a execução bem-sucedida, atendendo a pelo menos 50% da frota do MPRJ.
- 20.2.** Para fins de qualificação técnica, a licitante deverá comprovar, mediante atestado(s) de capacidade técnica, a execução da parcela de maior relevância e valor significativo do objeto, consistente na prestação continuada de serviços de manutenção preventiva e corretiva em veículos automotores de grande porte (veículos pesados), especialmente ônibus, sendo aceitos exclusivamente atestados referentes a contratos completamente executados.
- 20.3.** A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contatar a empresa atestante para fins de aferição.

21. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

- 21.1.** A estimativa de gastos foi elaborada com base no histórico de manutenção preventiva e corretiva no período de 12 (doze) meses, considerando a demanda média de serviços, os tipos de intervenções realizadas e o quantitativo estimado de horas técnicas necessárias à execução do objeto
- 21.2.** O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR VALOR GLOBAL**, apurado pela multiplicação do quantitativo estimado de horas técnicas pelo **valor unitário da hora técnica ofertado por cada licitante**, acrescido do valor estimado destinado ao fornecimento de peças, o qual terá caráter fixo e não estará sujeito à incidência de desconto.
- 21.3.** O quantitativo de horas técnicas bem como os valores estimados para o fornecimento de peças e componentes possuem caráter meramente estimativo, não constituindo obrigação de consumo mínimo, tampouco direito subjetivo à execução integral dos quantitativos previstos, sendo a contratação executada conforme a necessidade e a demanda efetiva da Administração.
- 21.4.** Os valores ofertados deverão compreender todos os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços, incluindo mão de obra, encargos, tributos, despesas operacionais e demais custos incidentes, não sendo admitida a inclusão de valores adicionais não previstos contratualmente.

22. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 22.1.** As formas de pagamento são as usuais do Estado do Rio de Janeiro, através do processo de fatura, em conformidade com a legislação vigente mediante crédito em conta corrente, dando-se como adimplida a obrigação após o efetivo crédito.

- 22.2.** O pagamento será efetuado por cada serviço realizado, desde que obedecidas às regras e condições da contratação;
- 22.3.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do atesto, pelo órgão fiscalizador da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo órgão fiscalizador.
- 22.4.** O Critério de reajuste atenderá o disposto na Lei nº 14.133/2021, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado
- 22.5.** O índice a ser adotado para o reajuste a que se refere o item 22.4 será o IPCA/IBGE, admitindo-se, ainda, a livre negociação entre os contratantes, sempre no sentido de se obter preço mais vantajoso para a Administração, em atenção aos princípios da eficiência e da economicidade.
- 22.6.** O reajuste não se operará automaticamente e dependerá de solicitação expressa do licitante vencedor, no prazo máximo de 30 dias, contado do termo final do período anual a que se refere o item 22.4.
- 22.6.1.** Caso não seja observado o prazo fixado no subitem 22.6, o reajuste somente surtirá efeitos a partir da data em que efetivamente for veiculado o requerimento por meio virtual ou, quando solicitado pelo Contratante, no Protocolo-Geral, situado na Avenida Marechal Câmara, nº 370, 1º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ.
- 22.6.2.** Em qualquer hipótese, o reajuste será calculado considerando, no máximo, a variação do índice acumulado desde a data do orçamento estimado ou do último reajuste concedido.
- 22.7.** O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.
- 22.8.** O interregno mínimo de 1 (um) ano, previsto no item 22.4 também se aplicará nos reajustes subsequentes ao primeiro ocorrido no contrato, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.

23. RELAÇÃO DE ANEXOS

- 23.1.** Segue anexo a este Termo de Referência os seguintes documentos:
- a) **ANEXO I** - Relação de quantidade atual, ano e modelo dos veículos de propriedade do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro;
 - b) **ANEXO II** - Formulário para preenchimento da proposta de preços.
 - c) **ANEXO III** – Termo de compromisso de manutenção de sigilo.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2026.

Elaborado por

Felipe de Paula Guimarães

Gerência de Transportes

Matrícula 9298

Conferido por

Raquel Pimentel Caetano

Analista do Ministério Público

Matrícula nº 5117

Ozias José dos Santos Júnior

Gerente de Transportes

Matrícula 1537

Roberto de Souza Junior

Diretor de Infraestrutura e Logística

Matrícula nº 7775

ANEXO I - RELAÇÃO DOS VEÍCULOS

Qtd	Marca	Modelo	Tipo	Ano/Modelo
01	MB	OF 1722	NEOBUS	2008/2008
01	VW	18.330/OT/EURO V COMIL CAMPIONE3.45/INVICTUS 1050	ESPECIAL MOTOR-CASA	2020/2021
TOTAL DE VEÍCULOS - 02				

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS

FOMULÁRIO PARA PREENCHIMENTO DE PROPOSTA DE PREÇOS				
OBJETO: Contratação para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças e acessórios para veículos da frota do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.				
Preenchido pela empresa (nome da sociedade empresária)				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QT DE HORAS ESTIMADA COM MARGEM DE SEGURANÇA DE 50% (A)	VALOR MÃO DE OBRA TECNICA POR HORA (B)	VALOR MÃO DE OBRA ESTIMADO (24 meses) (A)*(B)
1	ÔNIBUS MERCEDES-BENZ OF 1722 2008/2008 Placa KOM-7448	939	R\$	R\$
2	VW 18.330/OT/EURO V COMIL/CAMPIONE3.45 INVICTUS 1050 2020/2021 Placa RJE-0J59			
CUSTO ESTIMADO PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS (24 meses)				R\$ 88.396,38
VALOR GLOBAL				R\$

OBS: O Valor Global será composto pela soma do VALOR MÃO DE OBRA ESTIMADO (24 meses) + CUSTO ESTIMADO PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS (24 meses)

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

_____, doravante designado simplesmente

MEMBRO / SERVIDOR / ESTAGIÁRIO / ALUNO-RESIDENTE / TERCEIRIZADO / PRESTADOR DE SERVIÇOS, inscrito no CPF nº _____, compromete-se, pelo presente termo, a utilizar restritamente dentro do âmbito de suas atribuições e não divulgar sem autorização quaisquer dados pessoais de que tenha conhecimento por força de suas funções perante o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, doravante simplesmente designado MPRJ, respeitando o disposto na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), na Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e na Resolução nº 281/2023 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Considerando que:

- I. **dado pessoal** é a informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;
- II. **dado pessoal sensível** é o dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;
- III. **dado anonimizado** é o dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento;
- IV. **titular** é a pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento;
- V. **tratamento** é toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração;
- VI. **anonimização** é a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo;

- VII. **consentimento** é a manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;
- VIII. **bloqueio** é a suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados;
- IX. **eliminação** é a exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado;
- X. **uso** compartilhado de dados é a comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados;

O MPRJ possui acesso privilegiado a diversas informações pessoais – seja por meio físico ou digital – de servidores públicos, jurisdicionados, prestadores de serviços e cidadãos. Em regra, essas informações são necessárias para garantir o efetivo exercício das atividades administrativas e de competência constitucional deste Ministério Público.

As informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável – e em especial os dados pessoais sensíveis – requerem proteção especial por razão de lei. Assim, o presente termo é ferramenta necessária para este MPRJ ampliar as medidas já existentes de segurança da informação, a exemplo da Política de Privacidade, e aprimorar a proteção dos dados pessoais no âmbito de sua atuação, em especial diante da vigência da Lei nº 13.709/2018.

Neste ato, o Membro / Servidor / Estagiário / Aluno-residente / Terceirizado / Prestador de serviços reconhece que tem acesso a informações pessoais em razão do exercício de suas funções neste MPRJ, inclusive podendo ter acesso a dados pessoais sensíveis.

O Membro / Servidor / Estagiário / Aluno-residente / Terceirizado / Prestador de serviços compromete-se a tratar todas as informações pessoais a que tenha acesso por força de suas funções perante o MPRJ com o máximo nível de zelo e assegurar que essas informações não serão divulgadas a terceiros não autorizados – incluindo servidores ou empregados terceirizados que não se encontrem diretamente envolvidos nas atividades específicas.

O Membro / Servidor / Estagiário / Aluno-residente / Terceirizado / Prestador de serviços assegura que, ao tratar dados pessoais, observará a boa-fé e os princípios elencados na LGPD, quais sejam: finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização, e que apenas realizará tratamento de dados pessoais no âmbito de sua área de atuação e para propósitos legítimos, específicos e explícitos - sem possibilidade de tratamento de forma incompatível com as finalidades públicas definidas. Nesse sentido, o Membro / Servidor / Estagiário / Aluno-residente / Terceirizado / Prestador de serviços compromete-se a não guardar cópia ou registro particular de informações pessoais a que teve

acesso por força de suas atribuições perante o MPRJ, bem como a restituí-lo, a qualquer momento, por requisição do MPRJ.

O MPRJ compromete-se a adotar as medidas técnicas e administrativas adequadas para promover a segurança do tratamento de dados pessoais decorrente de suas atividades, seja em trabalho presencial ou remoto.

O Membro / Servidor/ Estagiário / Aluno-residente / Terceirizado / Prestador de serviços compromete-se a informar imediatamente ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais do MPRJ acerca de qualquer violação das regras de compromisso e não divulgação relacionadas ao tratamento de dados pessoais que tenham ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

Local: _____

Data: ____/____/____

Nome do Membro/Servidor/Estagiário/Aluno-residente/Terceirizado/Prestador de serviços

CPF ou Matrícula no MPRJ: _____